



(Conferência)

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO ARTE NO BRASIL: O perde e ganha das lutas.

Ana Mae Barbosa (USP e Universidade Anhembi Morumbi. São Paulo)

RESUMO:

RESUMO: O texto é um histórico das lutas que os arte/educadores brasileiros e a FAEB têm enfrentado para manter as Artes como disciplinas obrigatórias no currículo. Este histórico se faz necessário frente a presente luta que começamos a desencadear contra a desqualificação das Artes no PNCC presentemente em discussão no país.

Palavras-chave: Política, Ensino da Arte, Arte/Educadores.

PUBLIC POLICIES FOR TEACHING ART IN BRAZIL: The loses and gains of the struggles.

ABSTRACT:

This paper is a history of struggles that Brazilian art/educators and FAEB have faced to keep the arts as compulsory discipline in the curriculum. This history is needed to help us to be persistent in this new struggle that we began to unleash against the disqualification of Arts in the PNCC currently under discussion in the country.

Palabras clave: Politics, Art Teaching, Art/Educators.

No Brasil Arte só teve a mesma importância no currículo que as outras disciplinas em três reformas:

- 1- Reforma Rui Barbosa que deu especial atenção e maior número de páginas ao ensino da Desenho (1882-1883)
- 2- Escola Nova , especialmente a Reforma Fernando de Azevedo no Distrito Federal e Reforma de Minas Gerais(1927 -1930)
- 3- Reforma Curricular de Paulo Freire nas Escolas da Prefeitura da São Paulo.

De resto Arte tem sido desprezada no currículo, mas raramente de maneira TÃO agressiva e explícita como está sendo feito pelo novo Plano Nacional de Currículo Comum.

Na comissão que determinou o texto do PNCC que estamos discutindo deveria ter sido incluído um representante da diretoria da Associação de Arte Educadores do Brasil. A estratégia de considerar as Artes SUB- componente é SUB-repticiamente intencional com o objetivo de, sem ferir a Lei de Diretrizes e Bases retirar Arte do currículo, ou melhor não contratar professores de Artes que ficarão atreladas as outras disciplinas . O professor de Português ilustrará suas aulas com obras de Arte,etc Por exemplo, ao discutir o tema "ponto de vista" em Literatura, usará a tela "As meninas" de Velasquez .Teremos aí uma excelente aula interdisciplinar mas não é apenas Arte como tema transversal que nossos estudantes do Ensino Fundamental e Médio precisam. Temos que agir imediatamente sem medo do MEC . O problema que vejo é que acabou a ditadura mas os professores especialmente os universitários continuam com medo do MEC que pode persegui-los negando bolsas e outros benefícios . É preciso ter coragem e se arriscar . Fui perseguida pela CAPES e CNPQ durante anos , tudo me era negado e a meus orientandos , mas consegui com a colaboração de colegas do Jornalismo da ECA e de Heloisa Ferraz impor a entrada do Ensino da Arte na ANPAP quando ela foi constituída pelo CNPQ. A Anpap iria ser só de História/Teoria da Arte e Poéticas Visuais. Ainda mais, demos chance para se criar as áreas de Curadoria e Restauração pois diante da entrada de Ensino da Arte as pessoas contra essa entrada raciocinaram que se nossa área que consideravam subárea entrou, outras áreas "periféricas" da História e das Poéticas deveriam entrar. Valeu a pena ser perseguida e pude até ser redimida quando me tornei Presidente da ANPAP . Na minha gestão e nas seguintes o número de arte/educadores na ANPAP cresceu tanto que posteriormente a Diretoria do Rio Grande do Sul quis retirar Ensino de Arte da ANPAP. Foi outra luta que está mencionada no meu livro Tópicos Utópicos. Na CAPES desconfio que até hoje não sou bem-vinda.

Nos inícios de 80, Claudio de Moura e Castro, então Presidente da CAPES, organizou um Congresso em Ouro Preto para fazer os convidados apoiarem sua ideia de que para as Artes não era necessário Doutorado . Nível de doutorado seria concedido a quem fizesse uma exposição no MASP, um concerto na sala Cecília Meireles, etc. Os convidados eram todos dependentes da CAPES, eu por exemplo havia voltado de um Curso do British Council pago pela CAPES visitando as Pós-Graduações na Inglaterra. Além disto havia no encontro de Ouro Preto figuras de brasileiros intocáveis como a venerável Bárbara Heliodora Carneiro de Mendonça, tia do Moura e Castro considerada a maior especialista de teatro do país e artistas como Regina Silveira . Ninguém se opôs, eu usei minha fala só para combater a proposta e denunciei o encontro como uma armadilha para nos obrigar a amarrar um pacote decidido pela CAPES. Hoje reconheço que era muito agressiva . Depois disto fui obrigada a comer todo dia sozinha, ninguém chegava perto da mesa em que eu estava , só uma professora da UFMG que estava prestes a se aposentar e o assistente do Claudio de Moura e Castro ousaram faze-lo . O último por estratégia política ou para amansar a fera. Mas, um convidado americano de Música da Universidade do Texas, considerado brasilianista ficou tão revoltado porque eu disse que eles de fora vieram nos convencer de que o que era bom para os Estados Unidos era bom para o Brasil se recusou a dar sua palestra. Desde aí

não tive bolsa da CAPES por quase 10 anos.

A luta pela manutenção da obrigatoriedade do ensino da Arte foi de todos da FAEB, fizemos manifestações públicas em frente à Bienal, e usamos o “telegramaço” enviando mensagens para todos os senadores. Coloquei minha cabeça a prêmio na minha própria universidade pois ia falar com os poderosos da USP envolvidos na constituição da Lei de 96. Tornei-me antipática para alguns e acusada de corporativista. Outra luta em prol do reconhecimento das Artes foi iniciada por Laís Aderne frente ao MEC na época em que o SESU tinha comissões de avaliação em todas as áreas universitárias menos em Artes e Educação Física. Laís conseguiu que fossem recebidas pelo Ministro da Educação e ele nos delegou a tarefa de organizar a Comissão de Artes e Design que depois de fazer um trabalho árduo de consulta a todos os Cursos de Artes e Design das Universidades brasileiras e quatro encontros nacionais destes cursos (Brasília, Campo Grande, Salvador) apresentou a proposta de avaliação assinada por representantes das universidades presentes nos encontros. Não foi trabalho perdido pois Lúcia Pimentel escreveu sua tese de doutorado aproveitando os documentos por nós deixados no MEC. Foram jogados fora pelos funcionários logo depois que ela os consultou. Para defender as artes me meti até na Universidade dos outros, que considerava minha também pois nela sofri uma das maiores injustiças de minha vida. Trata-se da Universidade de Brasília da qual fui demitida por razões políticas em 1965, grávida e tendo de voltar para Recife onde a situação política era das mais duras no país. Infelizmente hoje estou distante da UNB a qual nutre um de meus maiores inimigos.

A convite de Grace Freitas diretora do IdA da UNB e Susete Venturelli fui a Brasília defender no Conselho Universitário a criação do Mestrado em Artes.

Era esperada com certa dose de aversão pois pensavam que eu iria defender a ideia de que para professores do mestrado bastava ser artista, mas consegui dialogar muito bem com os cientistas. Hoje pago o pato por ter ajudado a UNB e sou até difamada por um “sedizente” todo poderoso da mesma Pós Graduação do IdA que ajudei a defender.

Não é para me gabar que estou dizendo tudo isto, mas para lembrar que pagamos por nossas intervenções junto ao poder governamental mas vale a pena se conquistamos algo para nossa área tão frágil e desempoderada. Pago até hoje por ter criticado acerbamente os parâmetros curriculares de artes visuais contra os quais quase sozinha contando com a companhia apenas de um grupo de João Pessoa (UFPB) que escreveu um livro com críticas muito pertinentes. Mas aceitei participar da consultoria sobre os PCNs de 5ª a 8ª para livrá-los do excessivo modernismo e com a ajuda de Ingrid Koudela introduzimos a CONTEXTUALIZAÇÃO que é considerada hoje uma das características da Educação e das Artes Contemporâneas opondo-se ao vanguardismo modernista e à reflexão da filosofia escolástica, dois pecados dos PCNs de 1ª a 4ª.

Hoje precisamos nos posicionar, encher a caixa de e-mail da Fundação Lemann dos donos da AMBEV, AB INBEV, Burger King, Lojas Americanas, Americanas.com, Submarino, Shoptime, etc que vivem na Suíça, educam filhos e netos no primeiro mundo que valoriza as Artes e querem para nosso povo uma educação para as artes meramente ilustrativa das outras disciplinas, submetida as

outras disciplinas .É a Fundação Lemann que está desenhando os PNCC¹, isto é os novos Parâmetros Curriculares. Mais uma vez nos reduzem à condição de colonizados. A ditadura entregou à Universidade de San Diego o poder de decidir nossa educação, a redemocratização entregou este poder a um espanhol, Cesar Coll , que fracassara na tarefa de desenhar o currículo nacional de seu próprio país e enriqueceu escrevendo e vendendo livros paradidáticos medíocres sobre todas as disciplinas através do MEC para os professores de todo o país.

Agora a Fundação Lemann quer nos submeter aos desígnios da Universidade de Stanford, melhor do que a de San Diego que dominou nossa educação na ditadura, mas uma universidade de um país hegemônico que quer continuar hegemônico.

Por favor não acreditem no falso discurso da interdisciplinaridade. Já fomos enganados pela ditadura que em nome da interdisciplinaridade pretendeu preparar em dois anos um professor para ensinar música, teatro, artes visuais, dança e desenho geométrico tudo ao mesmo tempo. Ninguém pode ser Leonardo da Vinci no século XXI. Agora em nome da interdisciplinaridade querem impedir que as novas gerações de alunos das Escolas Públicas tenham acesso verticalizado, aprofundado às artes.

Como diz Gombrich , interdisciplinaridade supõe disciplinas a serem integradas e não sub componentes a serem tomados em conta, se o professor quiser e souber integrar, no ensino de disciplinas. Se o currículo é baseado em disciplinas, Artes Visuais, Teatro , Dança e Música têm que ser disciplinas também. Lutemos contra a SUB ARTE no currículo. Lutemos contra a educação banqueira não só contra a educação bancária que Paulo Freire condenava.

Participam das discussões sobre o PNCC-Itaú [Unibanco], Bradesco, Santander, Gerdau, Natura, Volkswagen, entre outras — além de Fundação Victor Civita, Fundação Roberto Marinho, Fundação Lemann, CENPEC, Todos pela Educação, Amigos da Escola.

Como ocorre com a maioria das redes mapeadas por Ball (2012), esta é constituída por instituições filantrópicas, grandes corporações financeiras que deslocam impostos para suas fundações, produtores de materiais educacionais vinculados ou não às grandes empresas internacionais do setor, organizações não governamentais. Todos pela Educação é mantido por alguns dos mesmos grupos econômicos já arrolados — Instituições Financeiras, Fundação Lemann, empresas como Gerdau, Camargo Correia, entre outros — e presidido pelo presidente da Gerdau.

Como destaca Ball (2012), o Todos pela Educação vincula-se, por intermédio da rede Liberdade, à Fundação Atlas, cuja missão é “prover o mundo com think

¹ Lembrando que os PNCC estão baseados no Núcleo Comum americano. Recomendo a todos a leitura completa deste excelente texto sobre a trajetória do PNCC do qual tomei a liberdade de citar alguns trechosabaixo

tanks de livre mercado” (Ball, 2012, p.19). Uma das principais atividades do Todos pela Educação tem sido “desenvolver metas para a educação brasileira e introduzir ferramentas de monitoramento da performance ajudados especialistas brasileiros e americanos” (p.28-9). Uma terceira rota pelo CENPEC — com parcerias com Itaú, Fundação Volkswagen, Telefônica e dirigido por uma das herdeiras do Banco Itaú — , leva a um conjunto de projetos educativos com o governo de São Paulo, dentre os quais o de correção do fluxo escolar (nota de Ana Mae o fechamento de escolas é obra deles) e o de aceleração de aprendizagem. O número atual de sua revista tem por tema o currículo, com textos integralmente dedicados à defesa de uma base comum nacional. Os textos vão da demanda de diretores de escolas por uma base curricular à defesa de Michael Young do que denomina conhecimento poderoso.(Nota Ana Mae; eu diria conhecimento a serviço dos poderosos) No editorial, Ribeiro e Gusmão (2014) afirmam: Vive-se em um momento histórico em que muitos países têm efetivado mudanças curriculares, seja com vistas a ampliar a equidade nos sistemas escolares, seja para contemplar as mudanças mais recentes vivenciadas pelas sociedades contemporâneas. Esses e outros elementos de contexto justificam a importância de refletirmos sobre o que devemos incluir nos currículos de educação básica, como se elabora um currículo, que questões políticas estão envolvidas em suas produções (p.1). Esses são alguns exemplos de como a rede de parceiros de UNDIME, CONSED e CNE, estes por sua vez parceiros privilegiados do MEC na definição da BNCC, ajuda a produzir sentidos para qualidade da educação, vinculando-os à centralização curricular. Como defende Ball (2012), essa rede não apenas significa que os atores privados estão participando do debate educacional, mas que estão criando novas formas de governamentalidade. Citando Jessop, o autor argumenta que se está frente a uma desestatização, na medida em que tais atores “estão investidos no edu-business e no desenvolvimento de soluções sócioempresariais e de mercado para os problemas educacionais” (p.88).(nota de Ana Mae Não é educação mas preparação de mão de obra silenciosa, obediente e barata mas eficiente para a lucratividade do patrão).

A modo operandis das fundações 3.0 envolve a importação das formas de ação empresarial para a gestão de bens públicos como a educação. Não se trata mais de financiar novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação pública, mas de criar e gerir projetos em parcerias com os Estados (Ball, 2012). A leitura dos objetivos da Fundação Lemann nas diferentes áreas a que se dedica, deixa claro esse modo operandis: Inovação: Acelerar a adoção de inovações educacionais de alto impacto no Brasil Gestão: Desenvolver iniciativas para que redes públicas de ensino, escolas e salas de aula sejam capazes de promover o aprendizado efetivo Políticas Educacionais: Estimular tomadas de decisão baseadas em evidências na área educacional Talentos: Acelerar transformações sociais no país, por meio de uma rede de líderes altamente qualificados . A participação da Fundação Lemann, como as das demais fundações 3.0 — ou o que a Fundação Itaú Social chama de “paradigma de colaboração integrativo”—, visa à produção de uma narrativa hegemônica sobre o que é qualidade na educação e sobre como atingi-la.

Correndo o risco da estereotipia ou de ir de encontro ao meu argumento de valorização da diferença, vou me permitir o absurdo de nomear esse fantasma de o imponderável. A escolha quer fazer referência ao imprevisível, mas também ao que não é digno de avaliação, sem deixar de considerar o sentido físico de algo que, como a luz, não tem peso. Como o imponderável não é capturável [apesar do meu exercício tolo de nomeá-lo], ele vai pipocando aqui e ali, lembrando a insuficiência

do controle que o discurso hegemônico pretende constituir. E vai sendo por ele contido. Elejo aqui um “herói” do imponderável, numa arriscada operação, mas este texto é também um texto político e os heróis podem ser uma fantasia útil [e perigosa, na medida em que estancam o fluxo de sentidos].(pag. 1551-2).

É preciso seguir lembrando que um currículo nacional não vai melhorar a educação nem garantir desenvolvimento e melhor distribuição de renda. O que ele tem a oferecer é apenas a tentativa de controle do imponderável da qual depende, não o sucesso da educação, mas a hegemonia do imaginário neoliberal de que ele é parte (pg. 1553).

Referências

APPADURAI, Arjun. (2001). **La modernidad desbordada: dimensiones culturales de la globalización**. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica.

BALL, Stephen. (1994). **Educational reform: a critical and post-structural approach**. Buckingham, Open University Press.

BALL, Stephen. (2012). **Global education Inc.: new policy networks and the neoliberal imaginary**. New York, Routledge.

BALL, Stephen. (2013). **Foucault, power and education**. New York, Routledge.

BONAMINO, Alicia e MARTINEZ, (2002). **Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental: A participação das instâncias políticas do estado**. Educação & Sociedade, 23(80), p. 368-385.

TAUBMAN, Peter. (2009). **Teaching by numbers: deconstructing the discourse of standards and accountability in Education**. New York, Routledge..